



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Comício, Coimbra – 22 maio 2019

Mário Nogueira
Secretário Geral da FENPROF

Colegas,

Hoje, 24 de maio, realizamos o último de cinco Comícios da Indignação, que as organizações sindicais de professores e educadores promoveram nesta última semana da campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. Comícios integrados na Campanha em defesa da Dignidade Profissional Docente, cuja afirmação é importantíssima neste momento em que diversos governantes, alguns dirigentes do partido do governo e vários comentadores de serviço têm movido um violento e soez ataque aos professores, que se tornou ainda mais forte nas últimas semanas.

Eivado de ódio e de inveja, esse ataque, fundado em mentiras, teve por objetivo manipular a opinião pública, para a colocar contra os professores.

Tal campanha não nos deve surpreender. Quem se esqueceu do que aconteceu no passado e se repetiu no último ano e meio, em que se discutiu a recuperação do tempo de serviço dos professores? A intransigência do governo vestiu-se de mentiras e transformou o que deveria ser um processo negocial sério, numa autêntica farsa. E o mesmo se passou em relação a outros aspetos, como a aposentação, os horários de trabalho ou a precariedade, relativamente aos quais recusou discutir as propostas concretas que os sindicatos apresentaram.

Perguntam-nos, por vezes, qual tem sido a postura do ministro da Educação em todo este processo... Pouco há a dizer, porque pouco ou nada se pode dizer de quem não existe. Lembramos que este foi o ministro que, no início da legislatura, propôs a realização de reuniões trimestrais com as organizações sindicais, mas que, com o passar do tempo, desapareceu. E, registámos, nos dias da chamada “crise dos professores”, em que não houve ministro que não se pronunciasse sobre o assunto, que o governo o afastou da comunicação social. Isto diz tudo.

De todos os governantes que se pronunciaram, destacamos dois: o **ministro das Finanças** que, na anterior legislatura, se dizia contrário à chamada austeridade, mas é hoje o rosto dos que continuam a roubar direitos a quem trabalha; o **Primeiro-ministro**, que não hesitou em recorrer à chantagem, exercendo-a sobre os partidos políticos, com a ameaça de demissão, e que procurou dividir os portugueses, colocando o problema da recuperação do tempo de serviço numa escolha entre os professores e o país, deixando implícita a profecia, qual Nostradamus, que, se a opção fosse pelos professores, se iria instalar o caos. Ao que parece o caos só se instala quando em causa está a dívida de mais de mil milhões do Joe Berardo ou os mais de 7 000 milhões já enterrados no Novo Banco, a que se poderão juntar mais 2 000 milhões até 2025.

Inevitavelmente, vem-nos à memória uma política batida, que se diz defensora da Escola Pública, mas desrespeita os professores, como se estes não fossem um dos seus principais alicerces.

Também ouvimos António Costa afirmar que, por si, o Estatuto da Carreira Docente não seria revisto na próxima legislatura... e nós perguntamos, por que precisaria o governo de o fazer se, com o roubo de mais de 6,5 anos, a revisão está feita, atingindo todos os docentes que têm até trinta e poucos anos de serviço, ou seja, a maioria dos professores? É que, a não ser recuperado todo o tempo de serviço, para esses professores a carreira sofre uma desvalorização, no mínimo, de 1/3; muitos não passarão do 4.º escalão e os restantes ficarão pelo 6.º. Os que já passaram esses patamares, não podendo o governo fazê-los recuar, já tiveram perdas irreparáveis na carreira e senti-las-ão, de novo, na aposentação, ainda mais se, apesar de já terem 40 anos de serviço se aposentarem sem atingirem 66 e meio de idade. Estas são razões mais do que suficientes para que os professores não abandonem a exigência de recuperação de todo o tempo de serviço, também aqui no continente, na carreira ou, por opção, na aposentação.

E não nos venham com a conversa da insustentabilidade de uma carreira em que alguém com 17 anos de serviço, por volta dos 45 de idade, colocado a centenas de quilómetros de casa, separado da família, com despesas elevadíssimas também por causa dessa situação, tem depositados mil euros na sua conta, ao final de cada mês e que, se nada for alterado, depois de uma vida de tremendos sacrifícios irá aposentar-se com uma pensão abaixo do salário mínimo.

Mas mesmo quem já trabalha há mais de 40 anos e já passou a barreira dos 60 de idade, só tem cerca de mais 800 euros no final do mês, num caso e noutro, bem abaixo do que recebem

os marques mendes ou os medinas das nossas televisões que, por um só comentário envolvido em ódio e mentiras sobre os professores, ganham tanto ou mais que um professor que esteve um mês a educar e ensinar as crianças e os jovens do nosso país, ou seja, a construir o futuro de Portugal.

Ainda não conseguimos o justo objetivo da recuperação integral, mas continuaremos a lutar por ele, não abdicando de um dia que seja, pois o tempo é dos professores e resulta de trabalho que desenvolveram num período em que, dando o melhor de si, honraram o compromisso profissional que têm com os seus alunos, as suas escolas e o País; cumpriram, com zelo, os seus deveres profissionais, apesar de terem visto as carreiras congeladas, os salários cortados, os impostos brutalmente agravados, os horários de trabalho manchados por abusos e ilegalidades, a idade para a aposentação a fugir-lhes à frente, provocando um grande envelhecimento numa profissão afetada por um preocupante quadro de desgaste físico, psíquico e psicológico, e remetidos para o desemprego milhares de jovens professores e educadores onde, ainda hoje, muitos se mantêm.

Sabemos que lutamos contra fortes interesses. Do governo, mas também do FMI e de Bruxelas, cujos critérios, no início do mês, levaram alguns a dar um autêntico salto mortal, alterando o seu sentido de voto, juntando-se aos que impediram a recuperação integral do tempo de serviço dos professores.

Esta luta não é fácil, bem sabemos, mas também sabemos a força que temos e, principalmente, que essa força é alimentada pela nossa razão. Não iremos, por isso, baixar os braços e não deixaremos de lutar só porque não é fácil. Também não eram fáceis as lutas contra a candidatura ao 8.º escalão, contra a divisão da carreira imposta por Lurdes Rodrigues, ou contra a PACC de Nuno Crato... Foram lutas prolongadas, mas todas elas foram ganhas porque nunca baixámos os braços!

Hoje estamos mais perto de atingir o objetivo que perseguimos: começámos com o governo a não querer, sequer, descongelar a carreira docente; depois, teve de garantir o descongelamento, mas recusando qualquer recuperação; já aceitou descongelar 2 anos, 9 meses e 18 dias; há duas semanas atrás estivemos mesmo muito próximos de ver recuperados os 9 anos, 4 meses e 2 dias... demos um passo atrás, mas quantas vezes não foram esses passos que nos embalaram para o avanço decisivo?

O governo, no entanto, não está para facilitar em nada, como se confirma pela interpretação perversa que está a fazer das normas legais de recuperação dos 2 anos, 9 meses e 18 dias que consta do conjunto de “Perguntas Frequentes” que divulgou esta semana.

Alegando estar a esclarecer as escolas, o Ministério da Educação perverte ou desrespeita normas legais da recuperação que ele mesmo fixou, lançando a confusão, em qualquer dos casos, com um objetivo: eliminar ainda mais tempo cumprido pelos professores, para além dos 6,5 anos que apagou. Face a esta situação exigimos, hoje mesmo, esclarecimentos junto do Ministério da Educação e também uma reunião com caráter de urgência.

O governo prepara-se para prejudicar ainda mais os docentes, adiando a sua progressão por tempo indeterminado ou eliminando ainda mais tempo de serviço, para além daquele que já apagou e que ultrapassa os seis anos e meio, justificando com a falta dos requisitos previstos no artigo 37.º do ECD (avaliação do desempenho, formação contínua e, em alguns casos, observação e aulas) no novo momento de progressão. Faltam, sim, mas esse problema não é imputável aos professores, cuja progressão foi antecipada, não sabendo, sequer, quando poderão as escolas e os centros de formação satisfazer aquelas exigências. Para evitar prejuízos, o ME estabeleceu normas específicas para o processo de reposicionamento dos docentes que ingressaram na carreira durante o congelamento. Não pode deixar de o fazer de novo;

No que se refere aos docentes que optem pelo disposto no DL 65/2019, o ME quer eliminar todo o tempo que, não podendo ser recuperado no escalão em que professor está, teria de ser no seguinte. Se for assim, **os professores serão alvo de nova discriminação** em relação às restantes carreiras especiais, vendo eliminada, até, parte do 2 anos, 9 meses e 18 dias, sendo, ainda, criada nova desigualdade entre docentes que, no mesmo escalão, recuperarão tempos diferentes;

Pretende, também, o ME que os docentes que ingressaram na carreira após 2011, apenas recuperem o tempo em que já estavam no quadro, **apagando, ilegalmente, o tempo que, entre 2011 e 2017, foi cumprido em contrato a termo**. Para os que apenas ingressaram no concurso realizado em 2018, alguns com 20 anos de serviço, a recuperação será de zero dias!

Esta são algumas das razões por que temos aconselhado os professores a não se precipitarem na opção a fazer, aguardando todos os esclarecimentos e a correção de erros e, **atenção**, nunca deixando de reclamar nas suas escolas, usando as minutas que os sindicatos

divulgarão, o tempo que ficar a faltar para recuperarem os 9 anos, 4 meses e 2 dias de trabalho cumprido.

A luta dos professores – pela carreira, mas também pela aposentação, pelos horários, contra a precariedade ou por melhores condições de trabalho – terá de estar presente no seu dia a dia. Assim sendo, no próximo domingo devemos levá-la até ao voto, castigando aqueles que tanto nos têm penalizado.

O apelo de levar a luta até ao voto é literal: domingo, vamos votar com o nosso crachá, autocolante, t-shirt ou outro símbolo dos 9A 4M 2D. Vamos fotografar e pôr a circular na net. Enviem essas fotos para os nossos emails para que possamos, mais uma vez, mostrar a indignação dos professores face ao desrespeito e à desconsideração de que têm sido alvo.

Colegas,

A nossa luta vai agora passar por ações destinadas a não deixar esquecer a dívida que o Estado Português tem para com os seus professores e culminará, no final da legislatura, numa grande Manifestação Nacional, em 5 de outubro, Dia Mundial do Professor. É véspera de eleições, mas quando estas foram marcadas o dia já era dos professores em todo o mundo. Depois, mal o próximo governo tome posse, apresentaremos o caderno reivindicativo ao próximo ministro, não aliviando, assim, a luta pela valorização profissional, social e material dos docentes. De imediato, contudo, há muito a fazer. Há uma ação administrativa e jurídica que deverá avançar a um ritmo ainda mais forte.

É preciso reforçar a ação nos tribunais contra as ultrapassagens (as anteriores e as que irão surgir agora) e contra as perdas de tempo de serviço. Simultaneamente, os sindicatos de professores irão solicitar um parecer a um constitucionalista da nossa Universidade, com vista a ser contestada a discriminação dos docentes do continente tendo em conta o que acontece, e bem, na Madeira e nos Açores.

E há outras frentes que não iremos esquecer:

- Todos os professores com 55 ou mais anos de serviço deverão requerer na escola a negociação da sua pré-aposentação, pois seria absolutamente inaceitável que lhes fosse negado um direito legalmente estabelecido; o governo tem vindo a desvalorizar essa intenção dos professores dizendo só ter 230 pedidos, o que é falso, mas são precisos mais;

- Todos os professores que forem convocados para reuniões ou outra atividade que não se integre nas 35 horas de trabalho semanal poderão continuar a fazer greve até 21 de junho, último dia do ano letivo; uma greve que se manterá no próximo ano letivo se não forem regularizados os horários de trabalho;

- Todos os professores contratados deverão continuar a lutar contra a precariedade e deverão continuar a avançar com ações em tribunal pelo facto de não lhes estar a ser devidamente contado o tempo de serviço para apoios sociais, designadamente acesso ao subsídio de desemprego.

Colegas,

Como temos afirmado, e termino, a luta dos professores é fundamental não apenas para a dignificação da sua profissão, mas também para o futuro da Escola Pública e a realização do direito constitucional de todas as crianças e jovens a uma educação de qualidade. Ou seja, a luta dos professores é uma luta por um futuro melhor para o País, pelo que deverá contar com o apoio de todos os Portugueses.